

Índice

Introdução Geral

Boaventura de Sousa Santos

1. Os pressupostos e os desafios	12
2. A renovação das ciências sociais	15
3. A reinvenção da emancipação social	18
4. Conclusão	21
Prefácio	25

Introdução: para ampliar o cânone democrático

Boaventura de Sousa Santos e Leonardo Avritzer

1. A concepção hegemónica da democracia na segunda metade do século XX	39
2. As concepções não-hegemónicas da democracia na segunda metade do século XX	44
3. Democracia participativa no Sul no século XXI	48
4. As vulnerabilidades e ambiguidades da participação	51
5. As potencialidades da participação	56
6. Conclusão	60
6.1. Teses para o fortalecimento da democracia participativa, 66.	

Movimentos Sociais e Aspiração Democrática

CAPÍTULO 1

Micromovimentos na Índia:

para uma nova política de democracia participativa

D. L. Sheth

Introdução	75
1. Os micromovimentos	76
2. O discurso da globalização	79

DEMOCRATIZAR A DEMOCRACIA

3. O contra-discurso dos movimentos.....	81
4. O discurso global dos protestos.....	85
5. A nova política dos movimentos.....	87
6. Repolitizar o desenvolvimento.....	88
7. Reinventar a democracia participativa.....	94
7.1. A democracia participativa e a teoria política, 94; 7.2. A política de democracia participativa dos movimentos, 97.	
8. Conclusão.....	106

CAPÍTULO 2

O reinventar da democracia participativa na África do Sul

Sakhela Buhlungu

Introdução.....	115
1. A tradição da participação democrática na África do Sul.....	117
2. Democracia participativa e as experiências vividas pela classe operária.....	123
2.1. Influências religiosas, 124; 2.2. Influências tradicionais, 126; 2.3. Experiência em organizações culturais e desportivas, 127; 2.4. Clubes ou «sociedades» de apoio mútuo, 127; 2.5. Lutas estudantis, 128; 2.6. Experiência sindical anterior, 129; 2.7. Movimentos políticos e cívicos, 129; 2.8. Comitês de ligação, 129; 2.9. Experiências negativas do autoritarismo do <i>apartheid</i> , 130; 2.10. O medo da repressão, 130; 2.11. Contributo dos intelectuais para a emergência do sindicalismo democrático, 131.	
3. Democracia participativa como forma de emancipação.....	132
4. O declínio da democracia participativa durante a transição para uma sociedade pós- <i>apartheid</i>	134
5. Em direcção a uma tradição de participação democrática.....	139

CAPÍTULO 3

A política do reconhecimento e da cidadania no Putumayo e na Baixa Bota Caucana: o caso do movimento *cocalero* de 1996

María Clemencia Ramírez

Introdução.....	147
1. Condições para o início das marchas <i>cocaleras</i> de 1996.....	149
2. As forças militares e a operação conquista.....	151
3. «Saímos voluntariamente obrigados»: as FARC e o Movimento Cívico para o Desenvolvimento Integral do Putumayo na organização das marchas <i>cocaleras</i>	153
4. As Juntas de Acção Comunal como rede para a organização das marchas e a sua relativa autonomia em relação às FARC.....	157
5. A negociação: um espaço para confrontar identidades e solicitar o reconhecimento da sua história de violência e deslocações.....	160
6. A ambivalência dos funcionários do Estado face ao Movimento <i>cocalero</i> e a assinatura do acordo inicial.....	164
7. À procura da emancipação social através da construção de uma cidadania e do exercício da democracia participativa.....	167
8. Construção do Estado na localidade.....	172
9. À procura de representação política.....	175

ÍNDICE

CAPÍTULO 4

Emancipação social num contexto de guerra prolongada: o caso da Comunidade de Paz de San José de Apartadó, na Colômbia

María Teresa Uribe de H.

Introdução	185
1. O contraponto soberania em perigo/autodeterminação social	186
2. San José de Apartadó no contexto regional do Urabá – uma tradição de refúgio e resistência	190
3. San José de Apartadó – uma história de rebeldia, resistência e organização social	193
3.1. O itinerário trágico da declaração de comunidade de paz, 196.	
4. A «Comunidade de Paz»: um pacto fundador	203
4.1. A organização colectiva da produção, 204; 4.2. As referências políticas da declaração da Comunidade de Paz, 205; 4.3. Os fundamentos éticos do pacto, 206; 4.4. As decisões racionais, voluntárias e públicas, 207; 4.5. A organização social e política da colectividade, 209.	

CAPÍTULO 5

«Casas decentes para o povo»: movimentos urbanos e emancipação em Portugal

João Arriscado Nunes e Nuno Serra

Introdução	215
1. Os intelectuais, os saberes e a participação política	217
2. A Revolução portuguesa de 1974-75 e o contexto da operação SAAL	219
3. A experiência do SAAL/Norte: a luta pela habitação num período de Revolução	222
3.1. Uma ruptura com o passado, 222; 3. 2. Uma convergência de actores e de dinâmicas, 223;	
3.3. Objectivos e lógicas operativas do SAAL, 230; 3.4. O SAAL enquanto processo de emancipação social e de democracia participativa, 233; 3.5. A extinção do processo SAAL, 235.	
4. A memória da Revolução e do SAAL/Norte: um recurso para a reinvenção da participação?	237

Instituições e Actores Políticos

CAPÍTULO 6

Tribunal Constitucional e emancipação social na Colômbia

Rodrigo Uprimny e Mauricio García-Villegas

Introdução	251
1. Debate teórico	252
2. As razões do activismo progressista do Tribunal	256
3. Casos	261
3.1. O movimento indígena, 261; 3.2. O movimento sindical, 263; 3.3. Os direitos dos homossexuais, 265; 3.4. O Tribunal e os devedores hipotecários (UPAC), 267.	
4. Potencial emancipatório da justiça constitucional	269

4.1. A eficácia das decisões progressistas do Tribunal, 269; 4.2. O activismo judicial com potencialidade emancipatória, 271.	
5. Conclusões.....	277

CAPÍTULO 7

**O território como espaço de acção colectiva:
paradoxos e virtualidades do «jogo estratégico de actores»
no planeamento territorial em Portugal**

Isabel Guerra

1. A necessidade de entendimento das novas formas de «construção da acção colectiva» nas formas de gestão territorial.....	289
2. Os actores e a participação local em Portugal.....	291
2.1. Anomia ou crescendo de reivindicação?, 291; 2.2. Planeamento estratégico: métodos, resultados e interrogações, 293; 2.3. A diversidade do sentido social da acção colectiva, 298.	
3. Os paradoxos e as virtualidades da intervenção social.....	303
3.1. Emancipação <i>versus</i> integração, 304; 3.2. De uma democracia de gestão a uma democracia de projecto, 305.	

CAPÍTULO 8

**Empresas e responsabilidade social:
os enredamentos da cidadania no Brasil**

Maria Célia Paoli

Introdução.....	311
1. O lugar da legitimidade da filantropia empresarial: o discurso do terceiro setor.....	315
2. As transformações da responsabilidade social.....	319
3. Ambigüidades e ambivalências.....	335

CAPÍTULO 9

Poder político e protagonismo feminino em Moçambique

Conceição Osório

Introdução.....	349
1. Construindo utopias: os primeiros quinze anos... ..	354
2. As quotas da globalização e os contextos locais no acesso das mulheres ao poder político.	356
3. Representação do poder: do imaginário colectivo e da construção social da diferença.....	360
4. Alternativa(s) na acção política ou consolidação hegemónica do modelo político?...	362
5. Conclusões: as dúvidas.....	369

Democracia Participativa em Acção

CAPÍTULO 10

Orçamento Participativo em Porto Alegre: para uma democracia redistributiva

Boaventura de Sousa Santos

Introdução	377
1. A política urbana: o caso de Porto Alegre.....	378
1.1. A cidade de Porto Alegre, 381.	
2. Orçamento Participativo em Porto Alegre	383
2.1. Instituições de participação, 385; 2.2. O processo participativo, 389; 2.3. A distribuição dos recursos de investimento: metodologia e critérios para a tomada de decisões, 402.	
3. A evolução do Orçamento Participativo: sobre a aprendizagem da democracia participativa.....	415
4. Orçamento Participativo: para uma democracia redistributiva.....	425
4.1. Participação, negociação e redistribuição, 425; 4.2. O Orçamento Participativo e as pessoas, 429; 4.3. Autonomia e co-governança, 437; 4.4. Da tecnoburocracia à tecnodemocracia, 448; 4.5. Legitimidades rivais: o Orçamento Participativo e a Câmara de Vereadores, 449.	
5. Conclusão: entre o passado e o futuro	453

CAPÍTULO 11

Modelos de deliberação democrática: uma análise do orçamento participativo no Brasil

Leonardo Avritzer

Introdução	469
1. A democratização brasileira e a emergência da inovação ao nível da sociedade.....	474
2. Inovação social e a emergência do orçamento participativo (OP)	476
3. O orçamento participativo em Porto Alegre e Belo Horizonte	480
3.1. Porto Alegre, 480; 3.2. Belo Horizonte, 484.	
4. O orçamento participativo e a ampliação da soberania a nível local	485
5. Participação, complexidade e monitoramento no OP	491
6. Inovação social e as formas contra-hegemónicas da democracia participativa.....	493

CAPÍTULO 12

O perfil político e institucional da democracia participativa: lições de Kerala, Índia

Patrick Heller e T.M. Thomas Isaac

Introdução	499
1. Desagregando a Democracia.....	501
2. Os limites da democracia efectiva na Índia	503
3. Democracia e movimentos sociais em Kerala.....	506
4. A Campanha Popular pela Descentralização do Planeamento	509

DEMOCRATIZAR A DEMOCRACIA

4.1. Invertendo a sequência das reformas descentralizadoras, 511; 4.2. O planeamento como instrumento de mobilização social, 512; 4.3. Construindo o envolvimento cívico, 512; 4.4. Institucionalização, 515.	
5. Formulação e implementação de planeamento de participação	516
5.1. As <i>grama sabhas</i> , 517; 5.2. Recolha de informação local, 518; 5.3. Relatórios e seminários de desenvolvimento, 519; 5.4. Grupos de trabalho e preparação de projectos, 520; 5.5. Documentos e coordenação do planeamento, 521; 5.6. Procedimentos financeiros, 522; 5.7. Selecção dos beneficiários, 523.	
6. Analisando a campanha de forma crítica.....	524
6.1. Recursos financeiros, 524; 6.2. A formulação dos planos, 525; 6.3. Realizações físicas, 526; 6.4. Qualidade deliberativa, 527; 6.5. Corrupção e nepotismo, 529; 6.6. Promoção da equidade, 530.	
7. Conclusão.....	531

Comentário Geral

CAPÍTULO 13

Para outras democracias

Emir Sader

1. Democracia liberal: triunfo e crise	541
2. Da resistência a alternativas.....	544
3. Democracia participativa e semiperiferia.....	546
4. Colômbia: entre dois mundos.....	548
5. Moçambique: a mulher na luta insurrecional e depois.....	553
6. Brasil: para a socialização da política e do poder.....	554
7. Índia e Portugal: para uma democracia local?.....	560